

Violência de Gênero Ritualizada

*Eurides Alves de Oliveira**

RESUMO

Este ensaio discute sobre a *violência de gênero* enquanto uma construção sociocultural, portanto simbólica, enfocando o papel das religiões cristãs, especialmente do catolicismo, na sua legitimação e sua reprodução, através de suas máximas religiosas e práticas rituais, particularmente dos sacramentos do matrimônio e da penitência.

Palavras-Chave: violência simbólica – gênero – religião – rito.

Conversando sobre Violência

O tema da violência está na ordem do dia. O contexto histórico atual é marcado por uma forte onda de violência mundial, guerras, crimes, violações de direitos de todas as formas. O ser humano coage, agride, ataca, fere, mutila e mata o/a outro/a como se a vida nada valesse.

A violência tornou-se, empiricamente, uma espécie de *câncer social* que transgride o direito à vida em todas as suas dimensões, invade nossas casas, nossas relações, emoções, sentimentos e valores das mais variadas formas. Este fator faz dela um objeto de estudo complexo e polisêmico. De forma que, toda e qualquer abordagem é sempre parcial e incompleta.

Partindo da realidade concreta, Minayo conceitua violência como, “as ações humanas de indivíduos, grupos, classes e nações que ocasionam a

morte de outros seres humanos ou afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual”¹.

Esta definição evidencia as múltiplas faces da violência, bem como os diversos campos em que ela se situa. As explicações que têm sido dadas para as causas da violência são as mais variadas possíveis, baseiam-se na biologia, na psicologia, na sociologia, na antropologia, nas ciências da comunicação e outras. Fala-se na natureza da violência, em violência social, estrutural, institucionalizada, cultural, religiosa, simbólica e muitas outras.

Do ponto de vista das ciências sociais, a violência é um fenômeno histórico, quantitativa e qualitativamente, e só pode ser entendida como componente das redes de relações socioeconômicas, políticas e culturais existentes, como fazem Minayo (1988), Pinheiro (1982), Burke (1995) em seus trabalhos.

Toda violência social possui um caráter revelador de estruturas de dominação quer seja de classes, grupos, indivíduos, etnias, faixas etárias, gênero e/ou nações. Surge como expressão das contradições entre os que têm e querem manter privilégios e os que se deixam dominar e oprimir ou se rebelam contra a opressão-domação.

As abordagens das ciências sociais em torno do tema da violência nos estimulam a complexificar os processos e eventos da realidade empírica e, ao mesmo tempo, nos aproxima deles. O caráter relacional sempre presente nos eventos violentos, faz de todos/as nós, em algum momento, vítimas ou algozes. Desafia-nos a investigar tanto as formas de violência mais visivelmente bruscas e condenáveis pela opinião pública, mas também aquela violência ordinária, cotidiana, difusa, que nem sempre é identificada por ser naturalizada pela cultura e protegida pelas ideologias e/ou instituições como a família, escola, empresas, igrejas e o Estado².

* É mestranda do Curso de Ciências Sociais e Religião da Universidade Metodista de São Paulo – UMESP; e membro do NETMAL.

1. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. <http://www.fiocruz.br/hscience/vol4n3/art-cecilia.html>. 1988. p. 2.
2. Id., p. 3.

É fundamental desvendar e analisar o caráter de dominação das instituições coercitivas ou de persuasão, apresentadas como instrumentos técnicos, acima da realidade social para compreender a violência em sua especificidade e complexidade. Na impossibilidade de fazer esta abordagem sobre os diversos campos em que se insere a violência, prosseguiremos neste artigo, tratando, especificamente, da violência de gênero, privilegiando a dimensão simbólica das construções socioculturais que geram e sustentam esta violência, enfatizando o papel da religião neste jogo de forças.

Violência de Gênero

Durante muito tempo, a violência de gênero foi relegada ao espaço do "não dito", porém, nas três últimas décadas, graças à pressão e atuação do movimento feminista, ela ganhou visibilidade enquanto fenômeno sociocultural, tanto no âmbito das lutas por políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres, quanto da produção de conhecimento e tem sido analisada por muitas teóricas como um instrumento de dominação do patriarcado, pois a cultura estabelece a diferença e domina por intermédio dela.

O termo violência de gênero é amplo mas preciso, refere-se às desigualdades das relações entre mulheres e homens que, historicamente, subordinaram a população feminina aos ditames masculinos, impondo normas de comportamentos excluídos e repressivos às mulheres, violentando sua liberdade e autonomia. Consiste, pois, numa

relação de força, o poder de dominação do homem e de subordinação da mulher. É uma forma de violar a condição do ser humano, ou seja, violar os direitos fundamentais das mulheres: liberdade pessoal, de autonomia, de ir e vir, de se manifestar e expressar, de se organizar, de opinar e pensar.³

A expressão violência de gênero põe em cena o fato de que não são as diferenças biológicas entre homens e mulheres que geram e sustentam a violência contra a mulher, mas sim os papéis sociais impostos pela cultura, tanto aos homens quanto às mulheres. Entendido desta forma, podemos dizer que a violência de gênero é socio-cultural, fruto de uma cultura patriarcal sexista, classista e, na maioria das vezes, também racista. Portanto, as relações de violência dos homens contra as mulheres não são naturais. São representações socioculturais construídas, historicamente, por meio dos valores, costumes e regras, de uma visão de mundo androcêntrica, que fizeram, das diferenças, assimetrias tidas como naturais e fixas.

Esta constatação evidencia que o problema principal das relações da violência de Gênero está na assimetria que, ao transformar a diferença em desigualdade, coloca o homem e a mulher em uma posição desigual de poder. Esta assimetria se sustenta não só na estruturação social, mas também nas profundezas de arranjos simbólicos que compõem a cultura.

Neste sentido, vale ressaltar a versão de Joan Scott⁴, que analisa o gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como uma forma de manifestar o poder a partir de quatro dimensões interrelacionadas:

– a dimensão simbólica que enfatiza as representações múltiplas e contraditórias, bem/mal, virtude/pecado, puro/impuro, superior/inferior, forte/frágil...;

– a organizacional que diz respeito às organizações e instituições sociais com seus mecanismos que aprofundam e legitimam as assimetrias entre os sexos, família, escolas, igrejas...;

– a normativa que evidencia interpretações dos significados dos símbolos, que tentam li-

3. UNIÃO DAS MULHERES DE SÃO PAULO. *Conheça seus Direitos: Violência Doméstica e sexual*. São Paulo, 2001. p. 12-16.

4. SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria útil de Análise Histórica. In. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, n.º 16, 1990. p. 86-88.

mitar e conter suas possibilidades de sentidos através dos conceitos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas que polariza hierarquicamente o masculino e o feminino;

– e a dimensão subjetiva que versa sobre as necessidades de examinar as maneiras como as identidades de gênero são construídas e relacionadas com atividades organizacionais, sociais e representações culturais historicamente situadas.

Nesta perspectiva, a idéia de gênero associada ao estudo da violência, acrescentar ao tema a sua dimensão histórico-política e cultural e, ao mesmo tempo, a desnaturaliza, indicando ser necessário uma desconstrução destas relações marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades em vista da construção de uma convivência igualitária e democrática entre os sexos, pois a violência de gênero não faz bem nem para a mulher nem para o homem. É um ato que viola a identidade e a dignidade de ambos, conforme nos mostra Bourdieu:

Se as mulheres, submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las, fazem a aprendizagem das virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio, os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas da representação dominante.⁵

Desta forma, a lente de gênero nos permite entender que as relações entre homens e mulheres pressupõem mudanças e permanências, desconstruções e reconstruções de elementos simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações, pois a condição de gênero (masculino e feminino) construída e legitimada histórica e socioculturalmente se constitui em imagens e referências para as pessoas em suas relações concretas com o mundo. Isto significa que os padrões socioculturais determinam a visão de mundo das pessoas. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades e possibilidades

concretas de suas vidas “mulheres e homens representam socialmente o que trazem subjetivamente acumulado em suas experiências vividas numa determinada cultura”⁶.

Dentro de uma cultura patriarcal, centrada em valores androcêntricos na qual as condutas sociais, papéis e as identidades femininas e masculinas são desigualmente construídos, a mulher torna-se vítima e/ou cúmplice da violência, ao naturalizar sua identidade de ser inferior, anulando seu potencial de sujeito, portadora de autonomia e poder.

Marilena Chauí ao abordar a questão da constituição do sujeito feminino, insere-o num processo de heronomia, em que a mulher é socializada para viver em função do outro (de Deus, do marido, dos filhos...) e define esta violação da liberdade como violência: “A violência é a violação da liberdade e do direito de alguém ser sujeito de sua própria história”⁷. Sobre a naturalização da violência, Elizabete Bicalho assim se expressa:

A sociedade ao naturalizar a desigualdade entre o homem e a mulher, bipolarizando os gêneros, dando ao primeiro o poder e ao segundo a submissão, naturaliza também a violência de gênero, modelando situações onde a mulher vista sob o prisma da inferioridade passa a representar papéis...⁸

Inserido, portanto, no campo das representações sociais o tema da violência de gênero nos lança para o aspecto simbólico da dominação masculina e/ou subordinação feminina.

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal⁹.

5. BOURDIEU, Pierre. *Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999. p. 63.

6. BICALHO, Elizabete. *A nódoa da misoginia na naturalização da violência de Gênero: Mulheres pentecostais e carismáticas*. (Dissertação de mestrado em Ciências da Religião. Universidade Católica de Goiás – UCG), Goiânia. 2001. p. 59.

7. Id., 84.

8. Id., 68.

9. SOIHET, Rachel. *Violência Simbólica: Saberes Masculinos e Representações Femininas*. In: *Estudos Feministas*, 5 (1). Rio de Janeiro: IFCS/UFRRJ, 1997, p.71.

Urge, portanto, identificar os mecanismos simbólicos e ideológicos que sustentam esta premissa, legitimando a violência de gênero como algo inerente à natureza, ocultando os fatores políticos e socioculturais que a produzem. A violência de gênero é produto da desigualdade hierarquizada que confere ao homem o poder de mando e à mulher o dever de obedecer. Esta diferenciação de papéis cria uma identidade de gênero tanto para o homem como para a mulher.

O cumprimento dessas atribuições impostas pela cultura legitimou, historicamente, as relações de dominação entre os sexos que Bourdieu define como uma forma paradigmática de violência simbólica:

...Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de **violência simbólica**, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado¹⁰.

A violência simbólica de gênero presente na cultura ocidental, caracterizada por relações androcêntricas e patriarcais, se corporifica nos homens e nas mulheres por meio das apreensões que estes/as, fazem do mundo social e suas divisões arbitrárias, a começar pela divisão social construída entre os sexos, como naturais, óbvias e eternas¹¹. Moldados subjetivamente pelos "sistemas simbólicos" que atuam como *habitus* estruturados e estruturantes¹², homens e mulheres

somatizam em seus corpos as relações de dominação por meio de um processo de familiarização e naturalização do mundo simbólico construído pela cultura por intermédio de um longo trabalho de inculcação coletiva¹³. Este poder simbólico da cultura tem encontrado, historicamente, nas religiões cristãs um terreno fértil para a legitimação e reprodução da violência de gênero.

Violência Simbólica de Gênero e Religião

Inserida neste campo simbólico, a violência de gênero encontra na religião um campo privilegiado de reprodução e legitimação ideológica. Conforme Peter Berger, a religião constitui-se, historicamente, a principal agência de legitimação da realidade construída, por relacionar com a realidade suprema as precárias construções da realidade empírica¹⁴. Desta forma, as tênues realidades do mundo social se fundam no sagrado. Essa legitimação se dá via provérbios, mitos, lendas, símbolos e ritos tidos como sagrados.

Bourdieu compara o sistema mítico-ritual com um sistema jurídico legitimador da ordem estabelecida, revestindo-o com uma aura de sagrado.

O sistema mítico-ritual desempenha aqui um papel equivalente ao que incumbe ao campo/jurídico nas sociedades diferenciadas: na medida em que os princípios de visão e divisão que ele propõe estão objetivamente ajustados às divisões preexistentes, ele consagra a ordem estabelecida, trazendo-a à existência conhecida e reconhecida, oficial.¹⁵

Nesta eficaz tarefa de legitimar papéis e representações sociais construídos pela cultura como naturais e sagrados, a religião, enquanto sistema cultural, repassa pelos seus mitos, ritos e símbolos a assimetria entre os sexos como um dado ineren-

10. BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1999. p. 7-8.

11. FONSECA, Tânia Mara. A Dominação masculina. Formas (in) sustentáveis de ser homem e mulher. In: *Estudos Feministas*, 7 (1 e 2), UFSC, 1999, p. 212).

12. BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1999. p. 174.

13. FONSECA, Tânia Mara. A Dominação masculina. Formas (in) sustentáveis de ser homem e mulher. In: *Estudos Feministas*, 7 (1 e 2), UFSC. 1999. p 212.

14. BERGER, Peter. *O Dossel Sagrado*: elementos para uma teoria sociológica da Religião. 3ª ed. Paulus 1985. P. 48.

15. BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999. p. 17.

te, inevitável, algo que faz parte da “ordem natural das coisas”, tornando-a aceita em todo mundo social, algo impregnado nos corpos e nos *habitus* dos sujeitos (homens e mulheres), como esquemas de percepção, pensamento e ação¹⁶.

Entendido desta forma os atos culturais repassados pela religião como sagrados são resultados da apreensão e utilização das formas e significações simbólicas que, como acontecimentos sociais e públicos, têm o poder de instaurar nas pessoas uma visão de mundo¹⁷. Com isso, podemos afirmar que a religião atua como a grande ordenadora da cosmovisão que norteia a existência das pessoas a ela vinculadas.

A religião surge como uma força poderosa que torna plausíveis e duradouras as construções sociais da realidade... A religião inclui o construído num mundo mais abrangente – sagrado – que legitima, justifica e explica as mazelas do cosmo construído¹⁸.

Nesta tarefa, os ritos desempenham um papel importante. São ações simbólicas sagradas realizadas geralmente em meio a grupos congregados, sendo, portanto, atos públicos e coletivos com função socializadora e integradora na vida das pessoas. Contribui na afirmação de suas identidades culturais e religiosas. “Os ritos estruturam comunidades, servem para delimitar um grupo e lhe oferecem símbolos de identidade”¹⁹.

Nas religiões em geral, a celebração dos ritos segue normas previamente estabelecidas, fixadas institucionalmente, sem intervenção dos sujeitos que deles participam, e, mesmo assim, são assumidas pela comunidade participante que se reconhece nelas. Isso indica que a eficácia ritual tem seu preço, ela depende da ordem sociocultural em que se inscreve e se desenvolve.

Numa ótica de gênero, podemos dizer que a religião com seu sistema de símbolos e ritos, sustenta uma ordem social que, como afirma Bourdieu, “Funciona como uma máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça...”²⁰.

No cumprimento desta tarefa os ritos possuem uma poderosa força de transmissão, conservação e legitimação. Pela incessante repetição dos símbolos e seus significados, eles impõem, aos sujeitos/as religiosos/as, um conjunto de práticas e posturas comportamentais sexistas consideradas sagradas.

Isso significa que a linguagem simbólica ritualizada tem o poder de impor-se como norma, regra de vida, em outras palavras, ela cria, legitima e sustenta a visão de mundo das pessoas. Sacraliza como natural aquilo que é construção social, por exemplo, o que define o homem como forte, poderoso, inteligente, sagrado e a mulher como frágil, dependente e pecadora. Fazendo isso, o rito se transforma num instrumento de violência simbólica, perde a sua função primeira de conferir sentido à vida das pessoas e torna-se um instrumento de dominação.

Numa hermenêutica de gênero, esta visão de mundo, repassada pelos ritos como sagrada são sociodicéias que sacralizam as identidades culturais e as relações desiguais entre homens e mulheres. São mecanismos androcêntricos do poder patriarcal divinizado pelas religiões. São práticas normatizadoras dos comportamentos e valores éticos e morais das pessoas, inculcando de forma violenta o medo, a culpa, a resignação e o espírito de sacrifício nas mulheres e legitimando o poder masculino como protótipo do sagrado.

Direcionando o Olhar para o Catolicismo

Salvaguardando a potencialidade do sujeito religioso de apreender e/ou elaborar por si mesmo os significados dos símbolos religiosos, é

16. Idem. p. 17.

17. GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 105.

18. BERGER, Peter. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da Religião*. 3ª ed. Paulus 1985. p. 7.

19. (Tamayo, 1998:76).

20. BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1999. p. 18.

inegável a força da instituição religiosa em repassar os significados destes, segundo seus interesses ideológicos por meio dos seus ritos, pois, assim, se repete constantemente não só o símbolo como o significado a ele conferido

... se o símbolo daquele grupo é Cristo, se o símbolo daquele outro são algumas divindades de origem africana, em qualquer caso, o que primeiro se destaca é a repetição, a reiteração do símbolo exposto. E não só se expõe o símbolo como se repete, martela-se um certo significado para ele, enfim, aposta-se numa associação normatizada, estandardiza-se uma determinada associação do significado dos símbolos.²¹

Essa incessante repetição do símbolo e do seu significado, prática consagrada na grande maioria das religiões, tira-lhe a autonomia e o seu potencial dialógico com o sujeito religioso, reduzindo-o ao plano da associação automática. Ato violento que fere a polissemia de significados inerente a toda atividade simbólica e reduz o sujeito religioso a um/a simples receptor/a dos significados impostos pela religião institucionalizada.

Isso significa que, do ponto de vista da instituição, embora no interdito, uma das funções do rito é inculcar, de forma explícita ou implícita, o respeito às doutrinas que sustentam o sistema mítico-ritual ou a ideologia religiosa veiculada pelas práticas rituais, no intuito de impor a observância, salvaguardar a ordem, e garantir a subsistência do grupo.

No cumprimento desta função, os ritos tornam-se uma poderosa força de transmissão e imposição dos mecanismos ideológicos da instituição aos sujeitos religiosos que, por um processo de exteriorização, objetivação e interiorização²², assimilam, interiorizam e os exteriorizam no seu cotidiano por meio de um conjunto de práticas e posturas comportamentais e valora-

tivas consideradas sagradas. Desta forma, o rito exerce também a função de legitimar com os símbolos e os gestos sagrados as relações socio-culturais que sustentam o poder da instituição religiosa.

Nas religiões cristãs, em geral, e no catolicismo, em particular, as relações de gênero são definidas, legitimadas, naturalizadas e sacralizadas pelo conjunto de símbolos sagrados que, tecidos numa espécie de todo ordenado, constitui um sistema ideológico/cultural eficaz de dominação e exclusão da mulher.

Sobre este conjunto de símbolos, Ivone Gebara assim se expressa:

Gostaria de deter-me primeiramente num ponto essencial da vida de fé. Trata-se da construção dos símbolos religiosos. Com efeito, os símbolos, especialmente os símbolos antropológicos do cristianismo, são prioritariamente masculinos. Convém imitar a vida de Jesus, dos Apóstolos, e ser perfeito como Deus Pai. Somos obrigadas a obedecer aos pais, aos padres, aos bispos e finalmente ao papa. Os símbolos de amor e de poder são sempre símbolos masculinos e ligados à obediência a certos poderes masculinos. Desenvolveu-se uma "cultura da obediência" e de uma obediência diferente quando se trata dos homens ou das mulheres. É preciso reconhecer que a hierarquia se reproduz como hierarquia sexual entrecruzada por outras²³.

Esta hierarquia sexual é extremamente visível na estrutura organizacional e litúrgica da Igreja Católica, basta citar as divisões hierarquizadas dos agentes religiosos/as *clero versus laicato*, que trazem no seu bojo, uma explícita divisão sexual entre os homens e mulheres, uma vez que o clero é, por força de lei, exclusivamente masculino, e no que se refere ao *laicato*, este também, não é uma categoria homogênea e assexuada, é composto por mulheres e homens, com estatuto de reconhecimento, valorização, funções e oportunidades diferenciados. Há uma distribuição sexual de papéis e atribuições muito bem definidas,

21. CARVALHO, José Jorge. A religião como um sistema simbólico: Uma atualização Teórica. In. *Revista Fragmentos de cultura. Goiânia*. UCG, 2001, p.36.

22. BERGER, Peter. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da Religião*. 3ª ed. Paulus. 1985. P. 16.

23. GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 156-157.

demarcando relações de poder assimétricas e excludentes.

Para Maria José Rosado Nunes,

No catolicismo o poder realiza-se sempre sob a máscara do "interdito" e a exclusão das mulheres vai além do fato de não se acederem às instâncias decisórias da instituição se situa também no capô simbólico ao relegar a população feminina à condição de poluidora do sagrado²⁴.

O Papa João Paulo II, em sua Encíclica, "*Mulieris Dignitatem*" distingue na Igreja Católica dois aspectos simbólicos sob os quais se reúnem homens e mulheres na igreja: Um princípio "petrino" e outro "marial". Pedro é o símbolo da autoridade sacramental e a virgem Maria é o símbolo do Cristão(ã) fiel (leia-se obediente). Simbologia que dá ao homem a incumbência de ser o ícone de Cristo – o Pastor (leia-se chefe) da igreja e a mulher o ícone da virgem, esposa e mãe de Cristo, divinizando, portanto, os papéis culturais acerca da mulher, relegando-lhe um lugar subordinado na estrutura da igreja simplesmente pela sua condição de mulher.

A legitimação destes princípios simbólicos é bem evidente no campo ritual católico. Não é novidade o fato de que a Igreja Católica prima muito pelos seus ritos como meios de legitimação de sua organização institucional hierárquica e doutrinária, usando-os como veículos eficazes na transmissão de seus valores e interesses, uma vez que os ritos possuem uma força simbólica extraordinária capaz de definir e sacralizar padrões de comportamentos.

A liturgia é de natureza sagrada na vida e missão da Igreja Católica, segundo seus documentos oficiais, entre eles o do Concílio Vaticano II, a obra de Cristo, da qual a igreja é continuadora, coroa-se em sua ação litúrgica pelo sacrifício e pelos sacramentos:

para levar a efeito obra tão importante Cristo está sempre presente em sua Igreja sobretudo nas ações litúrgicas, pois a liturgia é tida como o exercício do múnus sacerdotal de Jesus Cristo, na qual mediante sinais sensíveis, é significada e, de modo peculiar a cada sinal, é realizada a santificação do homem; e é exercido o culto público integral pelo Corpo Místico de Cristo, cabeça e membros. Disto se segue toda a celebração litúrgica, como obra de Cristo sacerdote, e do seu corpo que é a igreja, é uma ação sagrada por excelência, cuja eficácia, no mesmo título e grau não é igualada por nenhuma outra ação da igreja²⁵.

A vida litúrgica da Igreja Católica está, pois, centrada na celebração do mistério pascal de Cristo que é ritualizado, ou seja, rememorado e atualizado em cada celebração Eucarística – a missa, e nos demais sacramentos: batismo, confirmação ou crisma, a penitência, a ordem e o matrimônio.

Segundo o catecismo oficial da Igreja Católica, os sacramentos são sinais eficazes da graça, instituídos por Cristo e confiados à igreja, pelos quais é dispensada a vida divina. Os ritos visíveis sob os quais os sacramentos são celebrados significam e realizam as graças próprias de cada sacramento. Produzem frutos naquelas/es que os recebem com as disposições exigidas.

A igreja celebra os sacramentos como comunidade sacerdotal estruturada pelo sacerdócio batismal e pelo dos ministros ordenados. Cristo deu aos apóstolos a tarefa de continuar sua obra com o sacrifício e os sacramentos... Esta sucessão apostólica estrutura toda a vida litúrgica da igreja, por meio do sacramento da ordem.

Com o batismo e a confirmação, o povo é capacitado a celebrar a liturgia, por outro lado, certos fiéis (leia-se homens) revestidos de uma ordem sagrada, são instituídos em nome de Cristo para apascentar a igreja. (Catecismo da Igreja Católica, nº 1131, 1132, 1087 e 1119).

Como vimos, os ritos sacramentais católicos são estruturados a partir de uma antropologia

24. NUNES, Maria José F.R. Por uma sociologia do poder Religioso. In: *Religião, Ano 2000*, São Paulo: PUC/Loyola, 1998, pp.139-141.

25. Doc. Concílio Vaticano II, nº 528, 531 e 532.

androcêntrica para a qual o modelo de ser humano e de pessoa cristã é o varão. A mulher aparece somente como “usuária”, como receptora das ordens divinas repassadas pelos ritos pensados, estruturados e ministrados pelos homens.

Firmados nesta lógica, eles deixam de ser libertadores e portadores de sentido e tornam-se mecanismos de dominação e violência simbólica institucionalizada, técnicas de controle do corpo, dos sentimentos e das opções das mulheres. O sacramento do matrimônio, por exemplo, mesmo depois do chamado *aggiornamento* proposto pelo concílio Vaticano II (1962-1965), no qual o casamento foi descrito como um “vínculo sagrado”, uma união íntima dos cônjuges, numa entrega recíproca (Cons. Vat. II, GS. n. 51), numa tentativa de articular as idéias dos benefícios do casamento e da procriação, de forma não hierarquizada, mantém-se o binômio “união e procriação”, ser esposa e mãe – servir ao marido e cuidar dos filhos como uma destinação natural, “A instituição do matrimônio, o amor dos cônjuges, pela sua índole natural se destinam à procriação e educação dos filhos...”²⁶

Embora, na prática, estas orientações da igreja não sejam plenamente observadas pela maioria dos casais, e também relativizadas por muitos sacerdotes, esta função, considerada natural e a mais sublime no matrimônio, tem recebido grande ênfase nos documentos pós-conciliares. O Catecismo oficial da Igreja Católica (1993), afirma que, para a igreja, a unidade, a indissolubilidade e a abertura à fecundidade são essenciais ao matrimônio, que a poligamia é incompatível com a unidade do matrimônio, portanto, o divórcio separa o que Deus uniu e a recusa à maternidade desvia a vida conjugal de Dom mais excelente, “a prole” (nº 1495).

O texto base da CF/94 enfatiza estas exigências prescritas no catecismo oficial, afirmando que a geração dos filhos é uma das mais importantes finalidades do matrimônio.

Numa época em que se dissociam sempre mais o amor e a sexualidade, a Igreja se vê impelida a afirmar um binômio indissolúvel: **união e procriação**. Esse binômio remete para uma compreensão global do ser humano, em que nenhuma de suas dimensões pode ser negligenciada. Consoante esta visão global, o amor conjugal deve ser entendido à luz de Deus, que é amor. O amor que une os cônjuges é, assim, um amor plenamente humano, total, fiel e exclusivo. O respeito pelas leis da natureza, o domínio da razão e a atenção às condições físicas, econômicas, psicológicas e sociais, bem como aos imperativos morais é que vai determinar o exercício da paternidade responsável...²⁷.

Este binômio “união e procriação” sacramentado pelos homens (clérigos), e, de uma certa forma, incorporado pelas mulheres como preceito divino, tira-lhes o direito ao prazer, reduz sua sexualidade à procriação e sua finalidade de viver à maternidade. Desta forma, seu corpo se reduz a objeto de desejo e prazer para os homens e laboratório para os filhos. Uma forma de violência institucionalizada, que viola sua liberdade de escolha, sua autonomia e capacidade de decidir sobre seu corpo, sua própria vida, predeterminado-as à maternidade ou à castidade, como os dois únicos caminhos de felicidade e salvação.

No tocante ao sacramento da penitência, as mulheres são também o alvo principal, pois, ao longo dos séculos, elas foram e ainda são apresentadas religiosamente como a porta pela qual entrou o pecado no mundo “a Eva que levou Adão a pecar”. Portanto, aquelas que têm de submeter-se e obedecer aos legítimos representantes de Deus (os clérigos) para redimir a fraqueza de sua origem pelo sacramento da penitência.

Esta culpabilidade imposta às mulheres pela teologia cristã e acentuada pelos ritos sacramentais católicos é vivida pelas mulheres de forma muito acentuada, como uma espécie de culpabilidade existencial com extensão religiosa. Trata-se de uma culpabilidade culturalizada e religiosamente legitimada. Uma cultura que torna uns mais culpados que

26. Conc. Vat II, G. S. nº 48.

27. CF/94, p. 84

outros em função de sua situação biológico-cultural e de normas morais pré-estabelecidas²⁸.

Portanto, uma forma de violência simbólica que coloca a mulher em permanente situação de pecado e culpa, sobretudo na área da sexualidade, em que elas experimentam de forma mais massiva, o efeito da ideologia patriarcal em seus corpos (Jarschel, 1994:31), pois todo o processo de socialização histórico-cultural e religioso tem associado o desejo e o prazer ao pecado, ao mal que precisa ser reparado.

Esta quase que eterna condição de pecadora vincula a mulher sempre ao homem numa relação de dependência, de mendicantes de misericórdia. Desta forma, o perdão, que deveria ser uma ato de restabelecimento da justiça e das relações de reciprocidade e amor, constitui-se num instrumento de poder, controle e castração da autonomia e da criatividade das mulheres, de violação da sua condição de sujeito de sua própria vida.

Nesta perspectiva, como expressa Jarschel (1994), a “culpabilização é na essência um ato de poder!”. Um poder simbólico, invisível, exercido com a cumplicidade, muitas vezes inconsciente das próprias mulheres (Bourdieu, 2001:07-08), que, numa atitude de obediência aos princípios e recursos religiosos que lhes prometem a salvação, buscam no sacramento da confissão a remissão dos seus pecados, a libertação da culpa que tanto as atormenta e faz sofrer.

Resumindo, podemos dizer que os ritos católicos da forma como estão instituídos e são ministrados, aos invés de serem referenciais produtores de sentido, de experiência do sagrado, constituem-se numa base de sustentação da cultura patriarcal moldada em relações assimétricas entre os sexos, por meio de uma violência sutil e brutal considerada santa, que atinge de modo privilegiado as mulheres que são, simbolicamente, apresentadas como reserva do mal, poluidora do

sagrado. Eles criam, sustentam e legitimam as relações de dominação vividas pelas mulheres no seu cotidiano; sancionam e manipulam suas aspirações, desejos e sonhos; repassam uma ideologia do sacrifício, enfatizam e inculcam nas mulheres uma cultura da “obediência”, da renúncia e da subordinação aos homens como *Lei Divina*; sacramenta uma moralidade que coloca a mulher em permanente situação de pecado e culpa; reduzem-nas à maternidade e ao ministério do cuidado; tiram-lhes o direito de decidir sobre o seu próprio corpo; vinculam o amor e o poder com uma simbologia, predominantemente, masculina.

Concluindo

As culturas sedimentadas em estruturas e sistemas são pródigas em diferenciar homens e mulheres na rede de relações em geral. Em nossa cultura, a preeminência social dos homens sobre as mulheres instaurou, nas instituições e organizações que compõem o campo social, modelos de comportamentos e atitudes especificamente masculinos, bem separados, individualizados e diferenciados dos modelos femininos. O que se “concede” ao homem não é o mesmo que se “concede” às mulheres.

Esta sedimentação cultural assimétrica das relações sociais de sexos no interior das igrejas cristãs, em geral, e na Igreja Católica em particular, se dá por meio de um amplo processo de simbolização que cumpre a função de legitimar e justificar a unidade do sistema de poder exclusivamente masculino. Esta simbologia é repassada pelas doutrinas, pelos mitos e pelos códigos morais de formas ritualizadas e codificadas em leis, como técnicas de poder-domação.

Desta forma, a religião rompe com sua função principal de “tecer sentido” à existência das pessoas e cria uma moldura para a violência simbólica de gênero por meio de seus ritos, pois estes repassam como sagrada a experiência simbólica da diferença entre os seres, da superioridade de uns sobre os outros, criando e sustentando, pela

28. GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 137-138.

repetição, uma identidade cultural e religiosa legitimadora das desigualdades nas relações de sexo como naturais.

As abordagens de gênero têm chamado a atenção para a necessidade de uma desconstrução desta lógica androcêntrica de dominação simbólica que subsiste e norteia as relações sociais de sexo no interior da cultura e da religião em vista de uma nova cultura relacional baseada na igualdade, na justiça e no respeito às diferenças. Para desconstruir, é necessário identificar, revelar e analisar as raízes socioculturais e ideológicas que definem as relações sociais de sexo existentes.

Este artigo se insere nesta perspectiva, no intuito de oferecer elementos para uma leitura sociocultural de gênero dos aspectos simbólicos e ideológicos mantenedores de um sistema de relações e poderes definidos por papéis sociais preestabelecidos pela ciência e a religião. Quer ser uma semente a mais neste *canteiro das margaridas* e, quem sabe, também de alguns girassóis, que investem seu saber, sua energia e sua luta para pôr fim a toda dominação e violência de gênero.

Bibliografia

- ACOSTA, Juan José Tamayo. *Os Sacramentos: Liturgia do Próximo*, São Paulo: Paulus, 1998.
- BERGER, Peter. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da Religião*. 3ª ed. Paulus, 1985.
- BICALHO, Elizabete. *A nódoa da misoginia na naturalização da violência de Gênero: Mulheres pentecostais e carismáticas*. (Tese de mestrado em Ciências da Religião. Universidade Católica de Goiás –UCG), Goiânia, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. *A Economia das trocas simbólicas*. 2.ed, São Paulo, Perspectiva, p 27 –78, 1982.
- _____. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- BUARQUE, Cristina. “A culpa como matéria de desconstrução do feminismo”. In *Mandrágora*, nº 4, UMESP, 1997, p. 59-65.
- CARTA APÓSTOLICA De João Paulo II. “*Mulieris Dignitatem*”, São Paulo,
- CARVALHO, José Jorge. A religião como um sistema simbólico: Uma atualização Teórica. In. *Revista Fragmentos de cultura*. Goiânia. UCG, 2001, pp.33-54.
- CATECISMO da Igreja Católica, São Paulo, Ed. Vozes, Paulinas e Ave Maria, 1993, 2ª ed. Pp.261 –392.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II, São Paulo Ed. VOZES, 1965. p. 261 –19
- FONSECA, Tânia Mara. A Dominação masculina. Formas (in) sustentáveis de ser homem e mulher. In: *Estudos Feministas*, 7 (1 e 2), UFSC, 1999, pp.206-213).
- GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GROSS, Míriam Pillar, *Identidade de Gênero e sexualidade, Antropologia em primeira mão*. Nº 16, PPGAS/UFSC, 1998.
- _____. & HEIBORN & RIAL. “Entrevista com Joan Wallach Scott”. In: *Revista Estudos Feministas*, n.1, 1998, pp.114-125.
- JARSCHER, Haidi. “Corpo de mulher, corpo culpabilizado” In *Revista Mandrágora*, nº 1, UMESP, 1994, pp 31-40.
- MARQUES, Fernanda. & FISCHER, Izaura Rufino “*Gênero e exclusão social*”, <http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva*. <http://www.fiocruz.br/hscience/vol4n3/art-cecilia.html>.
- NUNES, Maria José F.R. Por uma sociologia do poder Religioso. In: *Religião Ano 2000*, São Paulo: PUC/Ed. Loyola, 1998, pp.131-146.
- SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Zilda S. de. *Gênero em debate: trajetória e perspectiva na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria útil de Análise Histórica. In. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, nº 16, 1990
- SOIHET, Rachel, *Violência Simbólica: Saberes Masculinos e Representações Femininas*. In: *Estudos Feministas*, 5 (1). Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1997, p.7-29.
- TELES, Amélia de Almeida & MELO, Mônica, “*O que é violência contra a mulher?*”, São Paulo: Brasilense, 2002.
- TEXTO BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE/94, “*A Família como vai*”. CNBB.
- UNIÃO DAS MULHERES DE SÃO PAULO. *Conheça seus Direitos: Violência Doméstica e sexual*. São Paulo, 2001, p.12-16.